

Dívida interna - o que é isso?

Antônio Alves de Almeida*

Publicado em 22 AGO 1998

GAZETA MERCANTIL

Pelo que se sabe, a dívida interna pode ser chamada de inflação oculta, uma vez que a inflação - como a que existiu no Brasil nos últimos 20 anos, até o advento do Real, chegando a 60% mensais - era resultante das constantes emissões de dinheiro. Não havendo praticamente dívida interna, a preocupação era só referente à externa.

Se o governo não dispunha de recursos para saldar seus compromissos diários, não fazia outra coisa senão fabricar dinheiro, aumentando diariamente sua circulação no País. E, com maior quantidade de dinheiro circulando, a desvalorização era muito grande.

O produto que custava 10 cruzeiros na época, na semana seguinte era vendido por 20. Era o produto que se valorizava? Não, a moeda, o cruzeiro, é que se desvalorizava. Isto porque, quanto maior fosse a quantidade de dinheiro em circulação, menor era o seu valor.

A incompetência administrativa de nossos governos anteriores levaram o País a um verdadeiro caos. Mas, os governos dos Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso substituíram o desvalorizado cruzeiro pela URV-Unidade Real de Valor, colocando a inflação no pico (para não desagradar à sociedade econômica) e posteriormente substituindo a URV pela moeda chamada real, que circula atualmente.

Ocorre, porém, que após essa transformação o governo usou uma outra estratégia: a partir do real, ao invés de continuar, como os governos anteriores, fabricando dinheiro, passou a saldar seus compromissos através de empréstimos feitos nas instituições internas e fundos de pensões; valendo-se, acreditamos, até das poupanças, do FGTS, INSS e tantos outros meios ao seu alcance.

Como esses empréstimos têm que ser pagos com juros, essa dívida cresce na mesma proporção da inflação anterior, chegando, atualmente, à astronômica cifra de 320 bilhões de reais. Dívida

essa, tudo indica, que nunca será paga. Alguém sofrerá calote, mais cedo ou mais tarde.

Como se vê, não há inflação porque há pouco dinheiro em circulação, mas a dívida interna aumenta diariamente e de forma assustadora, com juros de mais de 20% ao ano.

Essa situação é que leva o presidente Fernando Henrique Cardoso quase que ao desespero no sentido de reduzir as despesas, vendendo inclusive as empresas públicas para do seu valor abater a dívida interna.

Com a venda das empresas do sistema Telebrás, o governo arrecadou uma verdadeira fortuna, 22 bilhões de Reais, que segundo sabemos será destinada ao abatimento da dívida interna; abatimento esse que será em poucos meses devorado pelos juros. Mas, como esta é de 320 bilhões de reais, os vinte e dois da venda do sistema Telebrás representa apenas uma gota d'água em um oceano.

Por isso dizem que a dívida pública interna é uma espécie de inflação oculta, o que realmente é, pois se esses 320 bilhões de reais fossem dinheiro a mais em circulação no País, é evidente que teríamos uma inflação mensal superior a 30%. Este é um legado - verdadeiro presente de grego - que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixará ao novo Presidente da República, que poderá ser ele próprio, se reeleito.

Essa nossa explicação, que pode não ser a mais correta e ser contestada por quem de direito, tem o objetivo de levar aos nossos leitores, especialmente os mais de 10 milhões de comerciantes de todo o País, uma noção do que vem ocorrendo e o que significa a tão falada dívida interna, fruto evidente de uma administração onde se gasta mais



do que se arrecada, forçando o governo a lançar mão desse processo para atender às pressões que lhe obrigam a fazer novas despesas e se afastar do Orçamento da União.

Se fizermos uma análise consciente, verificamos que o Governo Federal tem

uma vasta área de arrecadação, como Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, IPI, ICM, CPMF e centenas de outras fontes de arrecadação.

Mas, seus gastos, que constam do Orçamento da União, destinados às próprias despesas do governo e seus Ministérios, ao pagamento do poder Legislativo com todas as suas despesas (deputados, senadores e servidores), todo o poder Judiciário e os empregados ativos e inativos dos três poderes, e ainda tem o governo que repassar para os Estados e Municípios a cota que por lei lhes cabe.

Essas cotas representam um valor muito grande, pois lhes são pagas proporcionalmente à população de cada um. Para se ter uma idéia desse valor, um município de 10 mil habitantes recebe, em média, mensalmente, 80 mil reais. Pergunta-se então: quanto não receberão prefeituras como as de São Paulo, do Rio de Janeiro e do próprio Estado?

O dinheiro que todos nós pagamos, em forma de impostos, é destinado a todas essas despesas, e se a administração federal não for competente e disposta a resistir às pressões - pois esses Municípios e Estados, apesar do que recebem querem sempre mais - o Orçamento da União estará sempre defasado e, assim, o Governo passará a gastar mais do que arrecada, resultando no constante déficit público como atualmente ocorre. Basta calcular 20% de juros ao ano sobre trezentos bilhões. Não haverá venda de bens do País, por maior que seja, que quite essa dívida.

É em decorrência de tudo isso que o governo, segundo afir-

ma, luta pelas reformas constitucionais na busca de reduzir despesas. E uma dessas iniciativas deveria ser a redução das despesas com os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Reduzir o número de Ministérios, reformular o Poder Judiciário para diminuir despesas e, como felizmente estamos em uma democracia, manter todo o Poder Legislativo, mas em número reduzido de deputados, senadores e vereadores. Por que não reduzir o número dos atuais 503 deputados federais para 200? Limitar o número de senadores em apenas um por Estado, e nas Assembleias Legislativas Estaduais e Municipais reduzir a um terço os números atualmente existentes?

Se a questão é reduzir despesas, esses e outros cortes devem ser feitos, porque do contrário teremos nossos bens vendidos para diminuir a dívida interna. Mas, quanto mais pagamos tal dívida, os juros transformam o pagamento em zero, verdadeiro "saco sem fundo".

Equipara-se àquele pequeno fazendeiro que tinha em suas terras três vacas e utilizava seu leite para alimentar os dois filhos pequenos, vendendo o restante para comprar farinha, arroz, feijão, etc. Mas, um período de seca acabou com a pastagem onde as vacas se alimentavam. E o que fez o fazendeiro: vendeu uma das vacas para comprar

milho visando alimentar as duas restantes. Entretanto, o tempo passou e a seca continuou, o milho comprado acabou. Resultado, o fazendeiro vendeu mais uma vaca e comprou milho para alimentar a única que lhe restou. Como não houve chuva, a seca continuou e o milho que alimentava a vaca restante acabou, esta última morreu de fome, ficando o fazendeiro sem nada.

Desse mesmo modo, se não houver um alerta enquanto é tempo, venderemos tudo o que a duras penas construímos e ficaremos devendo cada vez mais.

**Venderemos tudo
o que a duras penas
construímos e
ficaremos devendo
cada vez mais**

* Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC